



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



**REQUERIMENTO N.º**

**RQ 3732/2018**

Em, 08/11/18

**(Do Sr. Deputado DELMASSO – PRB/DF)**

*[Assinatura]*  
Secretaria Legislativa

**Requer à Mesa Diretora que solicite a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, informações acerca do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas do Distrito Federal feitas no bojo do Relatório Analítico das Contas do Governador de 2016.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, com fundamento no artigo 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, e art. 15, inciso III; art. 39, § 2º, inciso XII e art. 40, ambos dispositivos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicitar informações a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais acerca das ações adotadas em prol do atendimento as determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal por ocasião da análise da prestação de contas do Governador no Relatório Analítico das Contas do Governador de 2016, especialmente no que se refere as seguintes:

**A) Determinações:**

- I) Providenciar solução para as ressalvas apontadas;
- II) Dar continuidade à implantação das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, segundo cronograma estabelecido, incluído os sistemas de apuração de custos;
- III) Contemplar nas futuras prestações de contas anuais do Governo do Distrito Federal todos os elementos exigidos, pelas normas de regência, em especial pela instrução normativa-TCDF Nº 1/2016 e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional;

Setor Protocolo Legislativo  
RQ Nº 3732/2018  
Folha Nº 01 *me*

RECEBIDO  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
07/NOV/2018  
RQ 3732



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**




- IV) Implantar mecanismos que assegurem a compatibilidade dos valores de contribuição patronal informados ao Ministério da Previdência no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses-DIPR e aqueles registrados na contabilidade;
- V) Encaminhar à Câmara Legislativa projetos de lei revisando os fundos especiais com execução orçamentária abaixo de 50%, em cumprimento aos termos do art.3º da Lei Complementar nº 894/2012;
- VI) Aprimorar os procedimentos de planejamento e processamento das contratações, em especial nas áreas de saúde e educação, visando cessar a prestação de serviços sem cobertura contratual;
- VII) Adotar as providências necessárias para dar celeridade ao processo de incorporação ao patrimônio do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL-DFPREV dos ativos referidos pela LC nº 889/15, zelando pela saúde financeira do DFPREV;

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei Orgânica do Distrito Federal estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal será exercida por esta Casa Legislativa, que a exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, conforme inteligência conferida ao disposto nos arts. 77 e 78 da referida legislação.

É certo que conhecer quais ações foram adotadas pelo Executivo Local em prol do atendimento as determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal no bojo do Relatório Analítico das Contas do Governador de 2016, constituem informação de extrema importância para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Isto porque para que esta Casa Legislativa reúna as informações necessárias para votar as contas do governador, conforme estabelece o art.60, inciso XV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, se faz imprescindível ter em mãos quais as ações o Executivo Local adotou para cumprir as referidas determinações feitas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. 

Setor Protocolo Legislativo  
RA Nº 3732 / 2018  
Folha Nº 02 me



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



Sabe-se que constitui competência do Poder Legislativo exercer a função típica de legislar, bem como julgar anualmente as contas prestadas pelo governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, isso por meio de requerimentos de informação, convocação de autoridades e investigações parlamentares.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 60, incisos XVI e 78, V, dispõe *in verbis*:

**Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

[...]

**XVI – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;**

**(....)**

**Art. 78. O controle externo a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:**

**V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal;**

O Regimento Interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar em fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art. 15, incisos X e XII e art. 39, § 1º, inciso X, *in verbis*:

**Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:**

[...]

**X – ter acesso às informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta e indireta;**

**XII – solicitar, por intermédio da Mesa Diretora, auditoria e inspeção do Tribunal de Contas do Distrito Federal.**

**(....)**

**Art. 39. À Mesa Diretora incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos estabelecidos neste Regimento Interno. 0**

Setor Protocolo Legislativo  
RA 3732 / 2018  
Folha 03 mc



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



[...]

**X – requisitar auditorias e inspeções do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre atos sujeitos à sua fiscalização;**

A transparência é requisito essencial para que se opere a boa governança e para que esta Casa Legislativa realize uma boa análise das contas do Governo se faz necessário conhecer todas as ações adotadas para cumprir as determinações exaradas pelo Egrégio Tribunal de Contas apontadas no relatório analítico das contas do governador no exercício de 2016.

Ante todo o exposto, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Comissões, em

Sala das Comissões, em

  
**Deputado DELMASSO**  
**Autor**

Setor Protocolo Legislativo  
RD Nº 3732 / 2018  
Folha Nº 04 mc

**Assunto:** Distribuição do **Requerimento nº 3.732/18**.

**Autoria:** Deputado (a) Delmasso (PRB)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 08/11/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial